Globethics Repository



O PROJETO DE NATURALIZAÇÃO DO CONTEÚDO E O DUALISMO DE EVENTOS

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Ferreira,Pablo Gabriel
Publisher	Abstracta
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-19 01:55:46
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/172160

Abstracta 1:1 pp. 68 – 81, 2004

O PROJETO DE NATURALIZAÇÃO DO CONTEÚDO E O DUALISMO DE EVENTOS

Pablo Gabriel Ferreira[1]

1) **O Projeto de Naturalização do Conteúdo e a Crítica de Pietroski**

As teorias fisicalistas da mente devem, de uma forma ou de outra, ter uma solução satisfatória para o problema dos conteúdos semânticos de nossos estados intencionais. A solução para o referido problema poderia se concentrar em duas questões: (a) como estados cerebrais poderiam ter conteúdos semânticos?; e (b) quais são os papéis causais que poderiam ser atribuídos a estes conteúdos? Poderíamos dizer que o projeto de naturalização do conteúdo, neste sentido, intenta dar respostas – por assim dizer, naturalistas – às questões (a) e (b). A primeira questão diz respeito ao problema de *como* algo físico pode possuir propriedades semânticas. E a segunda se refere à relevância causal destas propriedades. Portanto, podemos definir a tarefa do projeto de naturalização do conteúdo a partir de dois objetivos: (a') explicar como entidades físicas (estados cerebrais, eventos neurais, etc.) podem possuir propriedades semânticas; e (b') explicar quais são as funções causais destas propriedades.

Entretanto, a *naturalização do conteúdo* é apenas um *projeto*; uma das alternativas do fisicalismo relativamente ao problema dos conteúdos intencionais consiste em *naturalizá-los*, i.e., dar uma explicação física (não-semântica e não-intencional) acerca dos mesmos[2]. Alguns autores, contudo, negam, *por princípio*, a plausibilidade deste projeto, como por exemplo Paul Pietroski (2000, p.247). Pietroski ocupa-se em apontar para o aspecto contra-intuitivo do projeto, levando

---

[1] Mestrando em Filosofia na UFRJ

[2] Cf. Fodor (1987), Dretske (1988) e e Pierre Jacob (1997)

em conta única e exclusivamente a questão (a), deixando de lado a questão (b). Para Pietroski, parece difícil que *eventos bioquímicos* possam ter *conteúdos semânticos*. Neste sentido, ele distingue dois tipos de conteúdo: um conteúdo *conceitual* e um conteúdo *não-conceitual* [3]. Eventos bioquímicos (para usar a terminologia de Pietroski) poderiam possuir conteúdos não-conceituais, mas eles não poderiam possuir conteúdos conceituais. Pietroski defende que os conteúdos (pelo menos os *conceituais*) são *pensamentos fregeanos* (ou *perspectivas racionais*) (Pietroski, 2000, p.247). Seria muito estranho, segundo o referido autor, sustentar que entidades físicas, como eventos bioquímicos ou eventos neurais, possam ter propriedades semânticas ou alguma relação com entidades abstratas como *pensamentos fregeanos*. O argumento usado por Pietroski para sustentar esta incompatibilidade entre eventos físicos e pensamentos fregeanos consiste em assinalar que, por um lado, eventos físicos só podem ser descritos de modo não-intencional (impessoal) e, por outro lado, os conteúdos (pensamentos fregeanos) só podem ser descritos intencionalmente, i.e., de modo *pessoal* – levando em conta a pessoa. Deste modo, um conteúdo (ou pensamento fregeano) não pode ser descrito não-intencionalmente, e se isso for o caso, então o projeto de naturalização do conteúdo será inviável, visto que há uma incompatibilidade entre os tipos de descrição usados para os eventos físicos e para os conteúdos semânticos. A asserção de Pietroski segundo a qual os conteúdos não podem ser descritos impessoalmente parece sustentar alguma assunção relativamente à proposição cartesiana segundo a qual não há pensamento sem sujeito. Portanto, Pietroski parece sugerir que o projeto de naturalização dos conteúdos intencionais é, *a priori*, irrealizável. O argumento de Pietroski chama atenção para o fato de que o objetivo (a') do projeto de naturalização do conteúdo, a partir do qual se busca uma explicação física (não-intencional) da intencionalidade, é absolutamente

[3] Esta distinção é retirada da discussão acerca da possibilidade de nossos estados sensoriais transmitirem algum tipo informação ou possuírem um tipo não-conceitual de conteúdo. Ver Pierre Jacob, 1997, p.81.

contra-intuitiva. No entanto, Pietroski se restringe apenas à questão (a), deixando a questão (b) de lado. Neste sentido, a proposta de Pietroski encontrará problemas. Porque se por um lado é contra-intuitivo que eventos físicos tenham propriedades semânticas, por outro, é ainda mais contra-intuitivo que *pensamentos fregeanos* causem movimentos corporais. Se o que sustenta os argumentos é a intuição ou a contra-intuição, então a proposta de Pietroski se desfez de um problema para arrumar outro maior. Pois se é contra-intuitivo que estados cerebrais (eventos neurais) tenham propriedades semânticas, tanto mais contra-intuitivo será que *pensamentos fregeanos* sejam causalmente relevantes. Para entender melhor as dificuldades da teoria de Pietroski, vale considerar algumas de suas teses centrais, principalmente no que tange a causalidade.

2) **O Dualismo de Evento**

Piedroski endossa a definição strawsoniana de *pessoa* como um conceito primitivo (Pietroski, 2000, p.162). O conceito de pessoa, pois, é o conceito de uma entidade primitiva que possui tanto propriedades mentais, quanto propriedades corporais (Strawson, 1958 *apud* Pietroski, 2000, p. 162). Segundo Pietroski (2000, p.163) :

> (...) Uma pessoa não é nem um corpo que é um pensador, nem uma substância pensante que tem um corpo. (...) Uma pessoa é um indivíduo de um tipo especial, uma coisa singular com uma natureza dual.

Sendo o conceito de pessoa um conceito primitivo, não há primazia de uma propriedade sobre a outra. Pessoas são seres que por um lado têm uma natureza corporal, e por outro uma natureza racional, e ambas as propriedades são igualmente constitutivas. Para Pietroski pessoas são seres livres cujo comportamento é causado pela sua razão (2000, p.163). Razões são causas

racionalizantes, de modo que os nossos movimentos corporais, além das causas físicas, possuem uma causa mental. Para pietroski, pessoas são indivíduos em cuja cabeça ocorrem eventos de um tipo especial, a saber, eventos mentais. Os eventos mentais, segundo Pietroski, são entidades particulares espaço-temporalmente localizadas. Para usar suas palavras (2000, p. 168) :

> (...) Pessoas e seus eventos mentais são particulares espaço-temporais. Em um dado momento, ocupo uma certa região do espaço; e toda mudança em mim ocorre na região do espaço ocupado por mim. (...) Tenho dito que eventos mentais são tanto mudanças que uma pessoa sofre, quanto eventos que ocorrem dentro das pessoas.

Portanto há, segundo Pietroski, dois tipos de ventos: eventos físicos e eventos mentais, ambos espaço-temporalmente localizáveis. Os eventos mentais, tanto quanto os eventos físicos, são causalmente eficazes. Contudo, as *causas mentais* são causas de um tipo distinto das causas físicas (2000, p.234). Para cada tipo de evento um tipo de causa. As causas mentais são o que Pietroski denomina *causas racionalizantes* (2000, p.163), pois as causas mentais envolvem a natureza racional do indivíduo. Assim, as causas mentais são *irredutíveis* às causas físicas. Portanto, há dois tipos de causa na ontologia proposta por Pietroski: o tipo físico e o tipo mental, onde este último envolve a natureza racional da pessoa. Pietroski lança mão de dois argumentos para sustentar a sua tese – segundo a qual existem eventos mentais (não-físicos) que ocorrem dentro das pessoas e cujo tipo de papel causal é distinto das causas físicas: estes argumentos são: (i) argumento da margem de imprecisão; e (ii) o argumento da condição suficiente. Vejamos, doravante, cada um deste dois argumentos.

Um fisicalista poderia perguntar por que eventos causais que ocorrem dentro do indivíduo são eventos mentais, e não simplesmente eventos bioquímicos ou neurais. A resposta de Pietroski é que os eventos mentais e os eventos neurais ou bioquímicos possuem margens de imprecisão

distintas[4]. Certos fenômenos não podem ser localizados espaço-temporalmente de modo preciso. Eles têm o que Pietroski chama de uma *margem de imprecisão*[5]. Por exemplo, não podemos precisar o exato centímetro quadrado onde começara um tornado. Este tornado possui uma certa margem de imprecisão (Pietroski, 2000, p.172). Outros eventos podem ser citados como eventos que possuem uma margem de imprecisão, como por exemplo um terremoto. Terremoto é um tipo de evento que não podemos precisar exatamente onde ele começa. Podemos dizer que começou na região norte de uma cidade, ou na fronteira entre dois Estados, mas não podemos precisar exatamente onde um determinado terremoto começou. O argumento de Pietroski portanto tem a seguinte ordem (200, p.174)[6]: (α) se dois eventos são iguais (ou do mesmo tipo) então eles têm a mesma margem de imprecisão; (β) eventos mentais e eventos físicos (bioquímicos ou neurais) não têm a mesma margem de imprecisão. Portanto (via *modus tollens*), (γ) eventos mentais não são iguais (nem do mesmo tipo que) a eventos bioquímicos ou neurais. Para Pietroski, eventos mentais têm uma imprecisão espaço-temporal deveras maior do que eventos bioquímicos ou neurais. Pode-se precisar mais ou menos bem onde estão os eventos neurais, tanto quanto os eventos bioquímicos. No entanto, não podemos precisar muito bem onde estão os eventos mentais. Sabe-se, segundo a teoria proposta por Pietroski, que os eventos mentais estão *na* pessoa, contudo, não podemos muito bem precisar onde, dentro da pessoa, eles se encontram. Isto mostra que os eventos mentais têm um *gráfico de imprecisão* muito distinto dos eventos bioquímicos e neurais. Portanto, se as premissas (α) e (β) estão corretas, segue-se que a conclusão (γ) também estará. Assim, os eventos mentais são causas distintas dos eventos físicos (neurais ou bioquímicos), uma vez que eventos mentais e eventos físicos têm propriedades

[4] Sobre este argumento, ver Noordhof, "Getting Personal : Pietroski's Dualism", disponívem em: http://host.uniroma3.it/progetti/kant/pietroskisymp

[5] Pietroski usa a expressão *vagueness graph* (2000, p.173) , já Noordhor a expressão *diferencial vagueness* (op. cit.). Traduziremos a expressão de Pietroski por 'margem de imprecisão'.

[6] Sobre esta estrutura argumentativa, ver Noordhof, op. cit.

espaço-temporais distintas (Pietroski, 2000, p.177). Deste modo, a vagueza (ou imprecisão) dos eventos mentais garante a sua singularidade causal. Mas um fisicalista poderia ainda pôr em questão a premissa (β), e duvidar que eventos mentais sejam espaço-temporalmente mais vagos do que os eventos neurais. Pois se os eventos mentais estão na pessoa, então deveríamos poder vê-los. A ambigüidade deste argumento de pietroski é que ele afirma que os eventos mentais estão dentro da pessoa mas não dá para ver – dada a sua margem de imprecisão. Isto envolve uma outra dúvida: Como é possível que algo seja espaço-temporal e ainda assim não ser físico? Pode algo não-físico ser espaço-temporalmente localizado? Esta é uma afirmação que não é trivial e, portanto, deveria ser melhor justificada. Uma outra objeção, sugerida por Noordhof[7], consiste no fato de que a margem de imprecisão não é um "aspecto do mundo", na verdade, ela não passa de um "artefato de nossa ignorância ou uma indeterminação semâtica"[8]. A margem de imprecisão não consiste em uma característica ontológica dos eventos, mas apenas em um aspecto epistemológico próprio dos observadores. Portanto, o fato de que os eventos mentais e os eventos físicos têm margens de imprecisão distintas, não é um bom argumento para sustentar que eventos mentais e eventos físicos são ontologicamente distintos, pois a diferença na margem de imprecisão não é uma característica intrínseca aos eventos, mas apenas um aspecto de nosso conhecimento limitado acerca dos mesmos.

Passemos, doravante, para o argumento (ii) de Pietroski, que é o argumento da condição suficiente. Pietroski subscreve à distinção clássica entre fatos e eventos; explicação e causação. Fatos são entidades intencionais, são pensamentos verdadeiros (Pietroski, 2000, p.90). Ou como sugere Pietroski, são *sentidos fregeanos*, uma vez que são individuados intencionalmente, e dependem de como os indivíduos pensam as coisas. Por outro lado, eventos são ocorrências

[7] Op. Cit.
[8] Noordhof, op. cit.

espaço-temporais. Os eventos, ao contrário dos fatos, são entidades não-intencionais, que independem das descrições dos sujeitos. Os fatos dependem da maneira como nos referimos a eles, enquanto que os eventos não dependem de qualquer descrição ou referência por parte de observadores. Explicação, por sua vez, é uma relação (ainda que objetiva) entre fatos, enquanto que causação é uma relação entre eventos[9]. Causação é uma relação extensional (entre eventos) que ocorre na estrutura espaço-temporal, enquanto que explicação é uma relação entre entidades intencionais.

> (...) Pensamentos são entidades abstratas que não existem no espaço-tempo. Então se fatos são pensamentos verdadeiros, fatos são *abstracta*; e se explicação se dá entre fatos, explicação se dá entre entidades que não existem no espaço-tempo (Pietroski, 2000, p.94).

Portanto nós temos um conceito de causação, que é uma relação extensional entre eventos, que são entidades espaço-temporalmente localizadas; e temos um conceito de explicação, que é uma relação (objetiva) entre fatos, que são entidades intencionais – e portanto não-fisicas.

Pietroski sustenta que as explicações são regidas por leis *ceteris paribus*. Leis *ceteris paribus* consistem em leis não-estritas, sujeitas a exceções. Exceções, entretanto, são casos *anormais* nos quais uma dada instanciação de uma lei *ceteris paribus* não é o caso. Estas situações anormais das leis *ceteris paribus* são explicadas por meio de um *fator interferente*, que impede que uma instanciação de uma determinada relação de explicação regida por uma lei *ceteris paribus* seja o caso. Um fator interferente explica porque o fato (normalmente) conseqüente não se seguiu ao fato antecedente numa relação explanatória. Destarte, explicações são relações regidas por leis *ceteris paribus*. A estratégia de Pietroski consiste em sustentar que a explicação é uma condição suficiente para causação (2000, p.104). Se uma fato *C* explica um fato

[9] Esta é a distinção clássica entre estas duas relações. Ver Strawson, 'Causation and Explanation", in *Essays on Davidson*, Oxford, OUP, 1985. *Apud* Helen Steward, *The Ontology of Mind*. Oxford, Claredon Press, 1997, p.165.

E, então um evento *c* causa um evento *e*. Poderíamos formular a tese de Pietroski da seguinte maneira: '(C)(E)(c)(e) ((C explica-cp E) → (c causa e))', onde um fato C corresponde a um evento c. Então, se tivermos uma relação explanatória entre dois fatos, regida por uma lei *ceteris paribus*, isto quer dizer que temos uma condição suficiente para uma relação de causação entre dois eventos que correspondem aos referidos fatos. Segundo Pietroski, dessa relação condicional se segue que a causação é a *extensionalização* da explicação. "A idéia é que você tem causação se você extensionaliza a explicação" (Pietroski, 2000, p.105). O segundo passo da estratégia de Pietroski consiste em mostrar que se tivermos uma relação explanatória (*ceteris paribus*) entre fatos, envolvendo um antecedente intencional e um conseqüente comportamental, então nós teremos uma condição suficiente para a causação mental. Por exemplo, se o fato de que Fulano queria tomar vinho explica o fato de que ele foi à cozinha pegar uma garrafa de vinho na geladeira – levando em conta que o indivíduo sabia que havia vinho na geladeira – então um evento mental (a vontade de tomar vinho) na cabeça de Fulano causou um evento físico (comportamental), que foi ir à geladeira pegar a garrafa de vinho. Se um fato envolvendo intencionalidade *C* explica um fato comportamental *E*, então um evento mental *c* causa um evento comportamental (e portanto físico) *e*.

2.1) *O Dualismo de Evento não é um Dualismo Cartesiano*

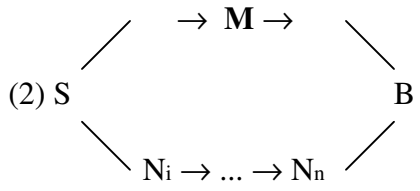
Com os argumentos (i) e (ii) Pietroski intenta provar que eventos mentais são causalmente eficazes. Vale apontar, entretanto, para algumas diferenças entre o dualismo de evento, proposto por Pietroski, e o dualismo cartesiano. A primeira diferença está na estrutura causal de cada uma das referidas teorias. Segundo Pietroski (2000, p.150), a estrutura causal do dualismo cartesiano poderia ser descrita da seguinte maneira: um estímulo externo S causa um evento neural N_1, de

forma a gerar uma cadeira causal N_2, N_3, N_4, que por sua vez causa um evento mental M, e este evento causa um um evento neural N_7, que por seu turno continua a cadeia causal N_8, N_9, N_{10}, N_n, e então esta causa o movimento corporal B. Vejamos o seguinte esquema para entender como Pietroski concebe a estrutura causal do modelo dualista cartesiano (2000, p.150).

(1) $S \rightarrow N_1 \rightarrow N_2 \rightarrow N_3 \rightarrow N_4 \rightarrow \mathbf{M} \rightarrow N_7 \rightarrow N_8 \rightarrow N_9 \rightarrow N_n \rightarrow B$

A objeção que Pietroski faz a este esquema é que há um hiato espaço-temporal entre N_4 e N_7. Para Pietroski não é possível que uma cadeia causal seja interrompida e depois reiniciada, com uma lacuna no meio. Neste modelo (cartesiano), o evento mental interage causalmente com os eventos físicos (neurais), de modo que ambos são *causas parciais* do movimento corporal. Pietroski propõe um modelo causal distinto, no qual eventos mentais e eventos físicos não fazem parte de uma mesma cadeia causal. Pietroski parece sugerir que as causas mentais são *causas suficientes*, tanto quanto as causas físicas (2000, p.151). Vejamos o esquema causal proposto pelo dualismo de evento:

(2)



Para Pietroski, este modelo causal evita o problema do hiato espaço-temporal. Um movimento corporal tem tanto uma causa neural, quanto uma causa mental, sendo que ambas as causas são distintas uma da outra. Como vimos anteriormente, a causa mental é uma causa *racionalizante*, de modo que a cadeia causal de cima envolve racionalidade, enquanto que a

cadeia de baixo é física. Isto significa que o nosso comportamento é engendrado por dois tipos de causa: causas pessoais e causas impessoais, sendo cada uma delas uma causa suficiente para a produção do movimento corporal. Assim, a primeira diferença entre o dualismo de evento e o dualismo cartesiano está no modelo causal implícito em cada uma destas teorias.

A segunda diferença entre os dois tipos de dualismo consiste no fato de que, para Pietroski, os eventos mentais são entidades espaço-temporalmente localizadas. Portanto, haveria uma distinção ontológica entre as substâncias pensantes de Descartes e os eventos mentais. Uma das características da substância pensante é que ela não é extensa[10], de modo que não tem existência espaço-temporal. Ao contrário desta, os eventos mentais são entidades que se encontram na estrutura espaço-temporal. Isto mostra que a substância pensante e os eventos mentais são entidades cuja distinção se dá no estatuto ontológico de cada uma delas.

2.2) *Dificuldades do Dualismo de Evento*

As teses de Pietroski não são evidentes o suficiente para fugir de dificuldades correntes nas teorias dualistas. O referido autor entende algumas de suas asserções como não-problemáticas, uma vez que não as justifica. Veremos, doravante, alguns problemas relativos às teses do dualismo de evento.

O primeiro problema é o seguinte. Pietroski sustenta que eventos mentais causam eventos físicos. Talvez seja por isso que ele defende um dualismo de *eventos*, uma vez que estas entidades são espaço-temporais. Contudo, a despeito do que nos faz pensar Pietroski, a proposição segundo a qual os eventos mentais causam eventos físicos não é trivial. Simplesmente asseverá-la não é o suficiente. Como Fodor já havia sugerido (1987, p.40), não há mecanismos causais entre o mental e o físico. O que esta sugestão mostra é que quando dizemos que um

[10] Descartes, Sexta Meditação, §17

evento mental causa um evento físico, devemos mostrar *como* isto é possível. Ou seja, quais são os mecanismos que permitem que um evento mental cause um evento físico. Pietroski deveria ter demonstrado que há mecanismos causais entre o mental e o físico, visto que o problema todo reside em mostrar *como* entidades mentais podem causar entidades físicas. A asserção de Pietroski segundo a qual eventos mentais causam eventos físicos viola, injustificadamente, o princípio do fechamento causal. Esta violação poderia ter sido justificada com uma resposta para o problema da ausência de mecanismos causais. A despeito das leis *ceteris paribus* e do argumento da condição suficiente, Pietroski não responde a este problema. Pois dizer que a explicação é uma condição sufuciente para a causação equivale a dizer que a causação é uma condição necessária para a explicação. Responder ao problema da ausência de mecanismos é, portanto, uma condição necessária para a validação de uma relação explanatória entre um antecedente intencional e um conseqüente comportamental, pois para haver uma relação explanatória entre um fato (antecedente) envolvendo intencionalidade (crenças, desejo, medo, intenção, etc) e um fato (conseqüente) envolvendo comportamento, é necessário haver uma relação causal entre eventos mentais e eventos comportamentais; esta relação, entretanto, supõe uma resposta para o argumento da ausência de mecanismos.

O segundo problema referente à teoria causal do dualismo de ventos consiste na sobredeterminação. Pietroski sustenta que duas cadeias causais distintas causam o mesmo efeito. Isto quer dizer que este efeito é sobredeterminado. Se ambas as causas *M* e *F* causam o efeito *E*, teremos como conseqüência que este efeito *E* será sobreterminado. Assim, poder-se-ia perguntar : se a causa física *F*, é o suficiente para a produção do efeito *E*, para que então serviria a causa mental *M* ? A resposta que Pietroski concede relativamente ao problema da sobredeterminação não é satisfatória. Ele cita os exemplos clássicos e mostra que os casos comuns de sobredeterminação possuem um *efeito extra*. Quando uma pessoa é assassinada por um tiro e por

envenenamento, temos um caso de sobredeterminação, pois uma única das duas causas seria o suficiente. No entanto, Pietroski chama a atenção (2000, p.238) para o fato de que o envenenamento e o tiro, embora tenham o mesmo efeito de causar a morte da vítima, cada um deles executa o serviço via processos distintos. O envenenamento causa, por exemplo, complicações respiratórias, enquanto o tiro causa hemorragia interna. Deste modo, teremos um efeito extra. Segundo Pietroski (*ibid.*), causas extras têm efeitos extras. Como eventos mentais não causam efeitos extras, eles não envolvem um tipo de sobredeterminação problemático. Para Pietroski, duas causas de nível superior têm efeitos extras, no entanto, uma causa de nível superior somada a uma causa de nível inferior não envolvem efeito extra. Portanto, Pietroski distingue dois tipos de sobredeterminação. O primeiro tipo envolve duas causas de nível superior e possui efeito extra; o segundo, por sua vez, envolve uma causa de nível superior (eventos mentais) e uma causa de nível inferior (eventos neurais), e não possui efeito extra. Então nós temos uma causa *intra*-nível, que é problemática, e uma causa *inter*-nível, que não é problemática (Pietroski, 2000, p. 244). O argumento do efeito extra, no entanto, não responde ao problema da sobredeterminação, pois um fisicalista poderia colocar a seguinte questão: se os eventos mentais não têm nenhum efeito extra, para que então que eles servem? Se as causas físicas (neurais) e as causas mentais têm especificamente o mesmo efeito, e as primeiras são o suficiente para produzir os movimentos corporais, então qual é o papel causal dos eventos mentais? Isto mostra que Pietroski não responde satisfatoriamente ao problema da sobredeterminação. Ora, se o problema da sobredeterminação não é respondido, o dualismo de evento não terá contribuído em muita coisa para o problema da causação mental.

O terceiro e último problema consiste na tese de que as causas mentais e as causas neurais são ambas causas suficientes. Parecer-nos-á estranho que as causas mentais sejam suficientes para causar um movimento corporal. Como poderia um evento mental causar uma contração

muscular sem precisar que eventos neurais participem do processo? Há movimentos corporais sem a contribuição de eventos neurais? Se Pietroski admitisse que eventos mentais e eventos neurais são causas parciais do movimento corporal, ele teria de aceitar o esquema causal cartesiano, e portanto o hiato espaço-temporal inerente a este. No entanto, como Pietroski mesmo admite, "causação mental de um movimento corporal é sempre *acompanhada* por uma transferência de energia" (2000, p.237). A despeito desta afirmação, Pietroski diz o seguinte:

> Intuitivamente, o processo de um evento mental M causando um evento físico P conta como a causação de um evento físico. (...) Mesmo que M não seja um evento físico, o processo de M causando P é distinto de qualquer processo de algum evento físico causando P.

Se a causa mental precisa de uma transferência de energia, e portanto de eventos físicos, isto quer dizer que os eventos neurais são uma condição necessária para o movimento corporal. Deste modo, não é o caso que eventos mentais sejam causas suficientes dos movimentos corporais. O argumento que Pietroski usa contra esta objeção consiste no argumento da ausência de efeito extra. Todavia, este argumento, como vimos, não resolve o problema da sobredeterminação, e, de toda maneira, eu não vejo como ele pode resolver o problema da *insuficiência* causal dos eventos mentais. Portanto, os eventos mentais são *causalmente insuficientes*.

3) **Considerações Finais**

Se o argumento de Pietroski contra o projeto de naturalização do conteúdo consiste no fato de que é contra-intuitivo que eventos neurais possam possuir conteúdo (conceitual), muito mais contra-intuitivo é o fato de que eventos mentais causem eventos físicos. Os argumentos de Pietroski a este respeito não são convincentes o suficiente para ter resolvido o problema da

causação mental. Pondo sobre a balança da contra-intuição, a proposta de Pietroski pesa muito mais. Portanto, o elemento contra-intuitivo apontado por Pietroski não é uma razão suficiente para defender a implausibilidade do projeto de naturalização do conteúdo. A solução dualista para o conteúdo, sugerida por Pietroski, deixa muitas lacunas no que tange as relações causais. Uma teoria naturalista do conteúdo evitaria muitas aporias ontológicas e metafísicas, tais como as encontradas pelo dualismo de evento.

BIBLIOGRAFIA :

DRETSKE, Fred. *Explaining Behaviour*. Massachusetts : MIT Press, 1988.

FODOR, Jerry. *Psychosemantics*. Massachusetts: MIT Press, 1987.

JACOB, Pierre. *Pouquoi les Choses ont-elles um Sens ?*. Paris: Editions Odile Jacob, 1997.

PIETROSKI, Paul. *Causing Actions*. Oxford: OUP, 2000.